TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de peças para manutenção corretiva da lavadora hospitalar modelo LEB 60, fabricante Maltec, patrimônio n.º 0074778, pertencente ao Hospital Municipal Santa Luzia, vinculado ao Fundo Municipal de Saúde de Chapadão do Céu — GO, conforme especificações e quantidades deste Termo de Referência.

1.2. A contratação será realizada em **lote único**, abrangendo conjuntamente a válvula e o seu suporte para assegurar a compatibilidade e a plena execução do reparo na lavadora hospitalar.

1.3. Fundamentada, na modalidade de Dispensa de Licitação conforme o Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES

2.1. O objeto deverá seguir as especificações abaixo:

2.1.1. Quantidades e descritivos:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
1	VÁLVULA ESFERA TRIPARTIDA - Válvula de entrada de água para lavadora hospitalar, modelo LEB 60, fabricante Maltec, compatível com o equipamento.	UNIDADE	01
2	SUPORTE SUPERIOR ENTRADA DE ÁGUA - Suporte da válvula de entrada de água, compatível com a lavadora hospitalar modelo LEB 60, fabricante Maltec.	UNIDADE	01

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A presente aquisição justifica-se pela necessidade de realização de manutenção corretiva na lavadora hospitalar, modelo LEB 60, fabricante Maltec, patrimônio nº 0074778, pertencente ao Hospital Municipal Santa Luzia, em razão de defeito identificado em sua válvula de entrada de água.

3.2. Conforme avaliação técnica realizada, constatou-se que a válvula apresenta passagem contínua de água, mesmo quando o equipamento se encontra desligado, evidenciando danos no componente e comprometendo o funcionamento adequado da lavadora.

3.3. Durante a avaliação, verificou-se que não há disponibilidade de peças de reposição para o reparo isolado do componente danificado, sendo necessária a substituição completa da válvula de entrada de água e de seu respectivo suporte.

3.4. A aquisição das peças é indispensável para possibilitar a manutenção corretiva do equipamento, evitar o desperdício de água e restabelecer sua funcionalidade, garantindo a continuidade das atividades de lavagem e higienização desenvolvidas no ambiente hospitalar.

3.5. Ressalta-se que a lavadora hospitalar constitui equipamento importante para a rotina operacional da unidade de saúde, contribuindo para a manutenção das condições

adequadas de limpeza, higienização e processamento de materiais têxteis utilizados nos serviços hospitalares.

3.6. A permanência do equipamento em condições inadequadas de funcionamento poderá ocasionar prejuízos à rotina operacional do hospital, dificultando a execução dos serviços de higienização e podendo comprometer a qualidade dos serviços prestados à população.

3.7. Dessa forma, a aquisição dos componentes mostra-se necessária e de interesse público, considerando a importância de manter os equipamentos hospitalares em condições adequadas de funcionamento e assegurar a continuidade dos serviços de saúde.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução consiste na aquisição de 01 (uma) válvula de entrada de água e 01 (um) suporte da válvula, compatíveis com a lavadora hospitalar modelo LEB 60, fabricante Maltec, patrimônio nº 0074778.

4.2. Após a aquisição, as peças serão destinadas à substituição dos componentes danificados, possibilitando a realização da manutenção corretiva e o consequente restabelecimento das condições normais de funcionamento do equipamento.

4.3. A solução deverá atender às especificações técnicas do fabricante e garantir a compatibilidade integral dos componentes com o equipamento existente.

5. DOS REQUISITOS DE COMPATIBILIDADE TÉCNICA

5.1. O As peças a serem adquiridas deverão apresentar compatibilidade técnica e funcional com a lavadora hospitalar, modelo LEB 60, fabricante Maltec, patrimônio nº 0074778, pertencente ao Hospital Municipal Santa Luzia.

5.2. Considerando que os itens objeto desta aquisição (válvula de entrada de água e respectivo suporte) são componentes interdependentes e destinados à instalação conjunta no mesmo equipamento, a contratação deverá ocorrer com um único fornecedor, de modo a garantir a compatibilidade entre as peças, a correta instalação e o funcionamento adequado do conjunto.

5.3. A aquisição dos dois itens junto a um único fornecedor justifica-se pela necessidade de assegurar a padronização, compatibilidade dimensional, hidráulica e funcional dos componentes, evitando divergências técnicas decorrentes do fornecimento por empresas distintas, bem como possíveis problemas na montagem, instalação e funcionamento da lavadora.

5.4. Os componentes deverão ser originais do fabricante ou equivalentes tecnicamente compatíveis, desde que atendam integralmente às especificações do equipamento e garantam seu funcionamento adequado.

5.5. A contratada deverá garantir que os materiais fornecidos sejam apropriados para a finalidade a que se destinam, responsabilizando-se por eventuais incompatibilidades, defeitos ou divergências técnicas identificadas no fornecimento.

5.6. Caso necessário, poderá ser solicitada documentação técnica, catálogo, ficha técnica ou outro documento que comprove a compatibilidade dos componentes ofertados com o modelo da lavadora hospitalar.

5.7. Não serão aceitas peças que apresentem incompatibilidade dimensional, elétrica, hidráulica ou funcional com o equipamento, tampouco componentes que necessitem de adaptações capazes de comprometer seu funcionamento adequado.

5.8. Dessa forma, o fornecimento dos itens por um único fornecedor visa garantir a compatibilidade técnica do conjunto, facilitar a responsabilização por eventuais problemas de fornecimento e assegurar maior eficiência na manutenção corretiva do equipamento, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, conforme as normas do Art. 75, Inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

7.1. Os bens/serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei n° 14.133, de 2021.

8. MÉTODO E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

10.1 O Material será entregue no Hospital Municipal Santa Luzia, localizado na Avenida Orion, nº 399, Centro, Chapadão do Céu – GO, em local indicado pela Administração.

10.2. Horário da Entrega: no horário compreendido entre as 07 horas as 11 horas e das 14horas às 17horas, no local determinado acima, sem faltas nem interrupções da entrega. Conforme solicitação enviada a Empresa fornecedora.

10.3. Prazo de Entrega: os produtos deverão serem entregues com o prazo máximo de em 07 dias.

9. DA GARANTIA

9.1. O fornecedor deve comprometer-se com uma garantia de qualidade, obrigando-se a corrigir, sem ônus adicional, qualquer divergência com as especificações definidas.

10. DA AVALIAÇÃO DO CUSTO

10.1. O custo estimado será apurado com base em pesquisa de mercado e orçamentos de empresas especializadas.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. **Execução Fiel do Objeto**: A Contratada deve executar o objeto contratado em estrita conformidade com as especificações, prazos e condições estabelecidas no contrato e no Termo de Referência.

11.2. **Qualidade dos Materiais e Serviços**: A Contratada deve garantir que todos os materiais fornecidos e serviços prestados estejam em conformidade com os padrões de qualidade exigidos e de acordo com as normas técnicas aplicáveis. Qualquer material ou serviço que não atenda a essas exigências deverão ser substituídas sem ônus adicional para a Contratante.

11.3. **Cumprimento de Prazos**: A Contratada deve cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para a entrega dos materiais e execução dos serviços, estando sujeita a penalidades em caso de atraso, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

11.4. **Regularidade Fiscal e Trabalhista**: A Contratada deve manter-se regular perante as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas durante toda a vigência do contrato. A apresentação das certidões negativas ou positivas com efeito de negativa será exigida como condição para a realização de pagamentos.

11.5. **Responsabilidade por Tributos e Encargos**: A Contratada é responsável pelo recolhimento de todos os tributos, contribuições e encargos trabalhistas, previdenciários e securitários decorrentes da execução do contrato.

11.6. **Responsabilidade por Danos**: A Contratada é responsável por quaisquer danos causados à Contratante ou a terceiros em decorrência da execução do contrato, devendo reparar integralmente os prejuízos ocasionados.

11.7. **Comunicação de Ocorrências**: A Contratada deve comunicar imediatamente à Contratante qualquer fato ou situação que possa comprometer a execução do contrato, incluindo dificuldades na obtenção de insumos, questões logísticas, ou problemas técnicos.

11.8. **Subcontratação**: A subcontratação, total ou parcial, do objeto contratado só será permitida mediante autorização expressa da Contratante e desde que esteja prevista no contrato, conforme os termos da Lei nº 14.133/2021.

11.9. **Sigilo e Confidencialidade**: A Contratada deve manter sigilo sobre todas as informações e documentos que tiver acesso em decorrência do contrato, sendo vedada sua divulgação sem a prévia autorização por escrito da Contratante.

11.10. **Compliance com Normas de Segurança e Saúde:** A Contratada deve assegurar que todos os empregados e terceiros envolvidos na execução do contrato cumpram as normas de segurança e saúde no trabalho, adotando todas as medidas necessárias para prevenir acidentes e doenças ocupacionais.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. **Disponibilização de Informações e Documentos**: A Contratante deve fornecer à Contratada todas as informações, documentos e recursos necessários para a execução do objeto contratado, de forma tempestiva, garantindo que não haja interrupções ou atrasos no cumprimento das obrigações contratuais.

12.2. **Fiscalização e Acompanhamento**: A Contratante deve promover a fiscalização contínua da execução do contrato, por meio de um gestor ou fiscal designado, que deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências e decisões tomadas. A Contratante tem o direito de exigir a substituição de materiais ou correção de serviços que não atendam às especificações contratuais.

12.3. **Cumprimento de Prazos de Pagamento**: A Contratante deve efetuar os pagamentos devidos à Contratada dentro dos prazos estabelecidos no contrato, desde que preenchidas as condições contratuais e legais, como a apresentação das certidões e notas fiscais válidas.

12.4. **Notificação Formal**: A Contratante deve notificar formalmente a Contratada sobre quaisquer irregularidades, defeitos ou descumprimentos verificados na execução do contrato, dando-lhe prazo para correção, conforme estipulado na legislação aplicável.

12.5. **Aplicação de Penalidades**: A Contratante deve aplicar as sanções previstas no contrato e na Lei nº 14.133/2021, em caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, garantindo sempre o direito ao contraditório e à ampla defesa.

12.6. **Fornecimento de Infraestrutura e Apoio**: Quando aplicável, a Contratante deve garantir que a Contratada tenha acesso à infraestrutura necessária para a execução do contrato, como áreas de trabalho, energia, e comunicação, de acordo com as especificações contratuais.

12.7. **Rescisão Contratual**: A Contratante tem o direito de rescindir o contrato unilateralmente, em caso de descumprimento das obrigações contratuais pela Contratada, conforme os termos e condições previstos na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.8. **Garantia de Transparência**: A Contratante deve garantir que todos os atos relacionados à execução do contrato sejam realizados com transparência e publicidade, conforme os princípios da administração pública, assegurando o acesso às informações por parte dos órgãos de controle e da sociedade.

13. MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Secretaria Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. A contratante promoverá, por intermédio do fiscal de Contratos, o acompanhamento e a fiscalização do produto adquirido pela contratante sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de qualquer fato que exija medidas por parte desta, ficando determinado que a servidora Camila Ferreira Maia, fica designada como responsável pela fiscalização da execução contratual conforme Portaria específica, anexa aos autos do processo administrativo.

15. DA FORMA DE PAGAMENTO

15.1. **Condições de Pagamento**: O pagamento à Contratada será realizado pela Contratante em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega total do objeto contratual, conforme estabelecido no contrato e na nota fiscal correspondente. O pagamento estará condicionado à comprovação do cumprimento integral das obrigações contratuais, especialmente no que se refere à qualidade e à conformidade dos bens ou serviços entregues.

15.2. **Documentação Necessária**:

15.2.1. Para a liberação do pagamento, a Contratada deverá apresentar à Contratante:

- Nota Fiscal devidamente emitida em nome da Contratante, contendo a descrição precisa dos bens ou serviços fornecidos, número do contrato, e demais informações fiscais obrigatórias;
- Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais, Estaduais e Federais;

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Certidão de Regularidade do FGTS;
- Comprovante de regularidade quanto às contribuições devidas à Seguridade Social.

15.3. **Forma de Pagamento:**

15.3.1. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária para a conta corrente da Contratada, devidamente indicada no contrato. A Contratada deve garantir que a conta indicada esteja em seu nome e seja mantida em instituição financeira reconhecida.

15.3.2. O pagamento só será considerado efetuado quando o valor correspondente for creditado na conta bancária da Contratada.

15.4. **Disposições Gerais:**

15.4.1. Todos os pagamentos efetuados não implicam na quitação automática do contrato, permanecendo a Contratada responsável por eventuais defeitos ou vícios ocultos que possam ser detectados posteriormente.

16. DAS SANÇÕES

16.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou pelo descumprimento de qualquer das obrigações assumidas, a CONTRATADA ficará sujeita, garantido o prévio processo administrativo, com direito ao contraditório e à ampla defesa, às sanções previstas nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 148/2023, conforme detalhado a seguir:

16.2. **Advertência:** Será aplicada por escrito nas hipóteses de:

16.2.1. Descumprimento de pequena relevância de obrigação legal ou infração à Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave (Art. 7º, I, do Decreto Municipal nº 148/2023);

16.2.2. Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave (Art. 7º, II, do Decreto Municipal nº 148/2023).

16.3. **Multa:** A sanção de multa, que poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, observará os seguintes parâmetros:

16.3.1. **Multa Moratória:** Pelo atraso injustificado na execução do objeto, será aplicada multa de **0,5% (meio por cento)** ao dia, calculada sobre o valor da parcela em atraso ou sobre o valor total do contrato, a depender do prejuízo gerado à Administração, limitada a **15 (quinze) dias** de atraso.

16.3.2. O atraso superior a **15 (quinze)** dias poderá caracterizar inexecução total do contrato, sujeitando a CONTRATADA às sanções correspondentes, sem prejuízo da cobrança da multa moratória já incorrida.

16.3.3. **Multa Compensatória:** Pela inexecução parcial ou total do contrato, será aplicada multa de até **30% (trinta por cento)** calculada sobre o valor da parte inadimplida ou sobre o valor global do contrato, conforme a gravidade da infração.

16.3.4. A soma das multas aplicadas não poderá ser inferior a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, conforme Art. 8º do Decreto Municipal nº 148/2023.

16.3.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a

diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156 § 8º lei 14.133/2021).

16.4. **Impedimento de Licitar e Contratar:** A CONTRATADA será impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Chapadão do Céu - GO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando:

16.4.1. Der causa à inexecução parcial do contrato que supere a gravidade prevista para a sanção de advertência ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (Art. 9º, I, do Decreto Municipal nº 148/2023);

16.4.2. Der causa à inexecução total do contrato (Art. 9º, II, do Decreto Municipal nº 148/2023);

16.4.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não mantiver a proposta, salvo fato superveniente devidamente justificado (Art. 9º, III e IV, do Decreto Municipal nº 148/2023);

16.4.4. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (Art. 9º, V, do Decreto Municipal nº 148/2023);

16.4.5. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado (Art. 9º, VI, do Decreto Municipal nº 148/2023).

16.5. **Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar:** Será declarada a inidoneidade da CONTRATADA para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, em todos os níveis federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, nas hipóteses previstas no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

16.6. **Procedimento:** A apuração da responsabilidade se dará em processo administrativo simplificado, nos termos dos Arts. 12 e 13 do Decreto Municipal nº 148/2023, no qual a CONTRATADA será intimada para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, apresentar justificativa. A rejeição da justificativa pelo Gestor do Contrato poderá ensejar a instauração do processo administrativo para apuração de sanção.

16.7. As sanções previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas de forma cumulativa, e sua aplicação não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar integralmente os danos e prejuízos causados à Administração.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da aquisição correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria:

10.302.6006.2.053 – Manutenção Do Bloco De Média E Alta Complexidade - MAC

3.3.90.30.00-100 - Material de Consumo.

18. DOS RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS

18.1. **Prazo para Envio de Propostas**:

18.2. Os interessados terão o prazo de 03 (três) dias úteis, contado da divulgação do aviso em sítio eletrônico oficial, para apresentação de propostas adicionais, nos termos do art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021

19. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

19.1. **Regularidade Fiscal e Trabalhista**:

19.1.1. **Prova de Regularidade com a Fazenda Federal**: - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, emitida pela Receita Federal do Brasil.

19.1.2. **Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual**: - Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Estaduais do domicílio ou sede da Contratada.

19.1.3. **Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal**: - Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais do domicílio ou sede da Contratada.

19.1.4. **Prova de Regularidade com o FGTS**: - Certificado de Regularidade de Situação junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal.

19.1.5. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**: - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, ou Positiva com Efeito de Negativa, demonstrando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

Camila Ferreira Maia
Compras e Licitações
Mat.: 6004029201
[Datado e Assinado Digitalmente]

Assinaturas Eletrônicas (Sistema)

Assinado digitalmente por CAMILA FERREIRA MAIA, portador do CPF: 795.161.305-34, em 25/11/2026 11:16:52. Validar autenticidade em: http://chapadaodoceu.centi.com.br/servicos/autenticacaorelatorios/GkE6$Z58teX - utilizando o código: GkE6$Z58teX